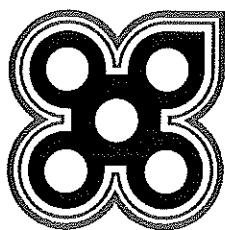


**2013**

MUNICÍPIO DA BATALHA



**BATALHA**  
CÂMARA MUNICIPAL

# **[RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE 2013]**

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2013, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município da Batalha, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO

### PARTE I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

#### 1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS e ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1.1. Composição da Câmara Municipal
- 1.2. Composição da Assembleia Municipal
- 1.3. Organização dos Serviços

### PARTE II – RECURSOS HUMANOS

#### 1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

- 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal
- 1.2. Custos com Pessoal e Afetação Limite Legal
- 1.3. Absentismo / Assiduidade
- 1.4. Formação Profissional

### PARTE III – SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

#### 1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

- 1.1. Execução Orçamental da Receita
- 1.2. Execução Orçamental da Despesa
- 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano
- 1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

#### 2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

- 2.1. Análise ao Balanço
- 2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)
- 2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento Líquido
- 2.4. Análise à Demonstração de Resultados
- 2.5. Indicadores de Estrutura e de Gestão patrimonial
- 2.6. Anotações dos factos relevantes verificados após encerramento do Exercício
- 2.7. Proposta de Aplicação de Resultados

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO SOCIAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

## INTRODUÇÃO

O esforço de ajustamento que a economia portuguesa tem vindo a realizar, reflete-se nas suas Contas Públicas, e em particular nas finanças da administração local que continuam a depender das transferências do orçamento do estado e das comparticipações dos fundos comunitários. A promoção do crescimento sustentado exige a criação de bases apropriadas – *a estabilidade financeira e a sustentabilidade das finanças públicas*.

Num contexto de contenção, os orçamentos dos municípios sofreram reduções significativas, por influência de um quadro comunitário de apoio (QREN) no fim do seu ciclo de vida e da diminuição do poder de compra dos contribuintes, refletindo-se na redução de alguns impostos diretos e indiretos municipais, apesar da tendência de crescimento do IMI, fruto de alterações legislativas e da atualização dos valores patrimoniais.

Em 2013, foi aprovado o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, a Nova Lei das Finanças Locais e o Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais. Estas iniciativas legislativas, provocaram uma profunda reforma da Administração Local e a mudança de paradigma na gestão dos recursos públicos.

Mas apesar de ter sido aprovado no ano anterior, o novo regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, vem mudar a disciplina orçamental a partir de 2014, obrigando a adoção de um novo quadro orçamental plurianual e de novas regras de endividamento, para as quais o Município da Batalha está perfeitamente preparado, em virtude da sua boa performance em exercícios anteriores e de um orçamento globalmente equilibrado e prudente, projetado para o ano em curso.

O aproximar do fim do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), determinou o nível de realização dos investimentos públicos de base local, estando a Autarquia já a projetar e a candidatar novos investimentos de natureza municipal e supramunicipal, dentro dos princípios do equilíbrio e da sustentabilidade financeira dos investimentos programados, uma vez que o nível de financiamento de projetos materiais a propiciar pelo próximo quadro comunitário (PORTUGAL 2020), ficará aquém do obtido em programas comunitários anteriores.

A política de execução orçamental do município esteve, pelo terceiro ano consecutivo, consideravelmente condicionada pelas exigências de consolidação das contas públicas, em obediência ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e o Memorando de Entendimento Técnico, assinados pelo Governo em 17.05.2011 com o BCE, FMI e CE (Programa de Assistência Económica e Financeira - PAEF), e em particular no que diz respeito:

- À necessidade de aplicação dos aumentos de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), na amortização extraordinária dos empréstimos a médio e longo prazo. Isto porque a LOE/2013, previa que o aumento do IMI; resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, fosse obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município;
- Ao condicionamento imposto pela LOE/2013, que mantinha a exigência de redução do endividamento líquido, incluindo os pagamentos em atraso com mais de 90 dias. Como o endividamento transitado do exercício anterior foi muito reduzido e não existiam pagamentos em atraso superiores a 90 dias, satisfazer este requisito orçamental foi particularmente exigente, uma vez que não tínhamos margem para reduzir uma “dívida de curto prazo com níveis mínimos históricos”. Ainda assim, a exigência legal foi cumprida;

- À contenção da política salarial, aplicando-se as reduções remuneratórias exigidas na LOE, de acordo com a aplicação uma taxa progressiva que variou entre os 3% e os 10%, sobre o valor total das remunerações;
- À aplicação das reduções remuneratórias aos contratos de aquisição de serviços, que em 2013, vieram a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2012;
- À redução do número de trabalhadores em, pelo menos, 2% do seu efetivo total.

## PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

### **1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços**

#### **1.1. Composição da Câmara Municipal**

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

#### ***Novo Executivo (início de funções a 14/10/2013):***



**Presidente:** Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

**Pelouros:** Administração Geral; Desenvolvimento Económico e Emprego; Planeamento Urbanístico; Revisão do PDM; Obras Municipais; Freguesias; Assuntos Jurídicos; Proteção Civil; Defesa do Consumidor; Comunicação e Cooperação Externa.



**Vice-Presidente:** Carlos Alberto de Oliveira Henriques

**Pelouros:** Educação e Ação Social Escolar; Ambiente e Energia; Desporto e Coletividades; Obras Particulares e Loteamentos; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Cemitérios, Mercados e Venda Ambulante; Logística e Equipamentos.



**Vereador em Regime de Permanência:** Carlos Agostinho  
Costa Monteiro

**Pelouros:** Gestão Financeira e Administrativa; Recursos Humanos e Qualificação da Administração; Setor Empresarial Local; Candidaturas a Fundos Estruturais; Modernização Administrativa e Património.



**Vereador em Regime de Permanência:** Cíntia Manuela da  
Silva

**Pelouros:** Ação Social; Solidariedade (Instituições Particulares de Solidariedade Social); Cultura; Turismo e Saúde.



**Vereador:** Carlos Emanuel Oliveira Repolho

**Pelouros:** Desenvolvimento Rural; Ordenamento Florestal



**Vereador:** Nuno Ricardo Silva Barraca

**Pelouros:** Pedreiras Históricas; Termalismo.



**Vereador:** André da Costa Loureiro

**Pelouros:** Juventude; Promoção do Associativismo.



## **1.2. Composição da Assembleia Municipal**

### ***Deputados Municipais (início de funções a 14/10/2013):***

António José Martins de Sousa Lucas (Presidente)  
Ana Cristina Duarte Caleira Barraca (1º secretário)  
Silvestre Pereira Carvalhana (2º secretário)  
António Carlos Costa Jordão  
António Joaquim Soares Zeferino  
Carina Filipa Sousa Tomás  
Carlos Soares de Sousa  
Cristovão Mira Ribeiro  
Elisabete de Jesus Moita  
Graça Maria Henriques Pereira  
Herculano Carvalho dos Reis  
Joaquim Pinheiro Tojeiro  
José Joaquim Filipe Valentim  
José Tiago Pereira Couto Duarte  
Leonor Ferreira Faustino  
Luís Miguel Ribeiro Ferraz  
Marina Valente Vieira  
Nuno Miguel Costa Monteiro  
Raquel Maria Cunha Ferreira  
Rogério Paulo Batista da Silva  
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues  
Germano Santos Pragosa (Presidente Freguesia Batalha)  
Carlos Alberto Monteiro dos Santos (Presidente Freguesia Golpilheira)  
Horácio Manuel Gonçalves Sousa (Presidente Freguesia Reguengo Fétal)  
Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente Freguesia S. Mamede)

### 1.3. Organização dos Serviços

Com a introdução da Lei nº 49/2012 que entrou em vigor no dia 30 de Agosto desse mesmo ano, o Município da Batalha procedeu à adaptação da sua estrutura orgânica à nova realidade legislativa, **que teve como principal objetivo a limitação do número de dirigentes da administração local** em função da população residente. Desta alteração resultou a/o:

- ✓ **Supressão do cargo de diretor** de departamento e consequentemente do departamento de administração geral;
- ✓ **Provimento de um máximo de 3 chefias de divisão municipal (anteriormente 4)**, às quais corresponde igual número de unidades flexíveis.

*Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:*

#### **A. Número Máximo de Estruturas Flexíveis (3):**

A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

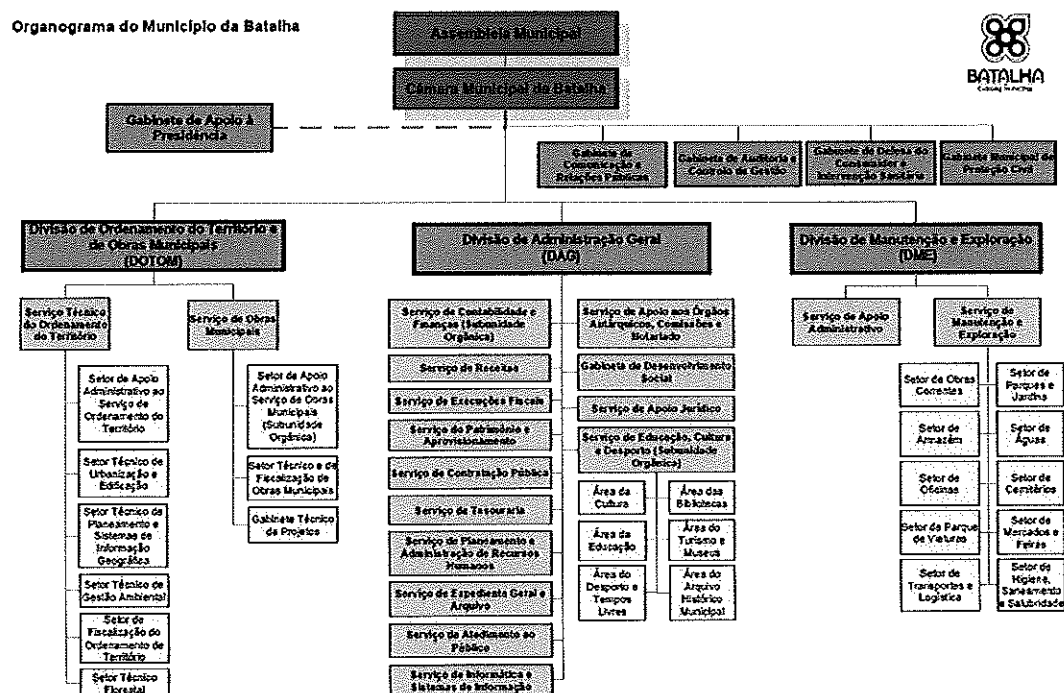
- Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
- Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
- Divisão de Administração Geral (DAG).

#### **B. Número Máximo de Subunidades Orgânicas (5):**

A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:

- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade;
- Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organigrama dos serviços:



Modelo Estrutural Hierárquico – Conforme Dec. Lei 155/2009, de 23 de Outubro

## PARTE II - RECURSOS HUMANOS

### 1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

#### 1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 85 colaboradores.

Com exceção de 7 docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado, e de um prestador de serviços na área da arqueologia, os restantes colaboradores estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

#### *Q.1. Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo*

Classes	Relação de Vínculo				Total
	CT Tmp Indet.	Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total
Dirigentes		3			3
Técnicos Superiores	12		7		19
Assistentes Técnicos	29				29
Assistentes Operacionais	32				32
Informática	1				1
Outros	-				-
<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>84</b>
<b>Prestadores de Serviços</b>				<b>1</b>	<b>1</b>

Verificaram-se 7 admissões que dizem respeito aos docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às atividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha.

### Q.2. Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos	0			0
Assistentes Operacionais				0
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>

Em contrapartida, registaram-se 15 saídas, das quais destacamos a caducidade de 10 contratos a termo (técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular); 1 assistente operacional por exoneração de cargo; 2 assistentes operacionais por aposentação e 1 assistente operacional por falecimento, estes últimos com vínculo à função pública, por tempo indeterminado.

### Q.3. Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes			1	1
Técnicos Superiores	10			10
Assistentes Técnicos				0
Assistentes Operacionais		1	3	4
Informática				0
Outros				0
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>15</b>

### 1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1,84 milhões de euros, verificando-se um aumento em relação ao ano anterior na ordem dos 180 mil euros. Este acréscimo de custos em cerca de 11% face ao ano anterior, nada tem a ver com aumentos salariais, nem tão pouco com aumento do número de colaboradores, cuja tendência foi de redução (menos 8 postos de trabalho). A tendência de oneração dos custos com pessoal resultou

do pagamento, em parte ou na sua totalidade, dos Subsídios de Férias e de Natal que no ano de 2012 haviam sido retirados, a título de medida excecional de contenção da despesa pública contemplada na Lei nº 64-B/2011, de 30/12., designadamente Lei de Orçamento do Estado. Consequentemente, as contribuições para a CGA e SS foram significativamente agravadas, refletindo-se num acréscimo acima dos 30%, em relação a período homólogo do ano anterior.

#### Q.4. Custos com Pessoal

Descritivo	2012	2013	Peso %	Var. 12-13
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1.201.584</b>	<b>1.296.149</b>	<b>70,4%</b>	<b>7,9%</b>
Membros dos Órgãos Autárquicos	92.857	100.198	5,4%	7,9%
Pessoal do Quadro	917.881	860.222	46,7%	-6,3%
Pessoal em qualquer outra situação	43.918	78.076	4,2%	77,8%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	5.050	4.800	0,3%	-5,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	58.536	43.101	2,3%	-26,4%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	19.640	27.701	1,5%	41,0%
Subsídio de Férias e de Natal	63.702	182.051	9,9%	185,8%
<b>Outras Despesas c/ Pessoal</b>	<b>183.224</b>	<b>185.060</b>	<b>10,1%</b>	<b>1,0%</b>
Deslocações e Ajudas de Custo	10.737	17.518	1,0%	63,2%
Trabalho Extraordinário	12.006	9.417	0,5%	-21,6%
Subsídio de Refeição	113.730	106.355	5,8%	0,0%
Abonos para falhas	1.260	1.258	0,1%	-0,2%
Abonos e Senhas Presença	12.245	19.583	1,1%	59,9%
Representação	33.246	30.929	1,7%	-7,0%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
<b>Segurança Social</b>	<b>275.213</b>	<b>358.933</b>	<b>19,5%</b>	<b>30,4%</b>
Pensões	2.306	3.485	0,2%	51,1%
Encargos com a Saúde	42.926	74.157	4,0%	72,8%
Subsídio familiar a crianças e jovens	13.752	7.246	0,4%	-47,3%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	19.646	22.277	1,2%	13,4%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	185.437	240.765	13,1%	29,8%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	
Seguros de Pessoal	11.146	11.003	0,6%	-1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1.660.021</b>	<b>1.840.141</b>	<b>100%</b>	<b>10,9%</b>

Não obstante o agravamento se tenha verificado nesta componente da despesa, manteve-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite só foi parcialmente utilizado em 39,2%, registando-se uma situação de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

### Q.5. Limite Legal \_ Custos com Pessoal

Ano referência	2012	2013
Nº Efetivos (Trabalhadores)	91	84
Custo Médio por Efetivo	18.242	21.906
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	23,3%	23,5%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	38,9%	39,2%

O indicador que traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente, revela uma das mais baixas taxas a nível nacional (de apenas 23,5%).

### 1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas, atingiu os 2.187 dias, um aumento de 823 dias em relação a 2012, motivado por situações de doença, com maior proveniência do grupo de assistentes operacionais.

### Q.6. Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias							Total F/ Dias
	Casamento	Falecº Familiar	Doença	Por Ac. Trab	Assist. Familiar	Trab. Estudante	Outras	
Dirigentes								0
Técnicos Superiores		3	35			3	2	70
Assistentes Técnicos		6	217	33	6	80	266	618
Assistentes Operacionais		7	1320	66			59	1452
Informática			1				3	4
Outros								0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>1673</b>	<b>99</b>	<b>9</b>	<b>92</b>	<b>398</b>	<b>2187</b>

### 1.4. Formação Profissional

No ano em análise, foram ministradas 555,5 horas de formação, assim distribuídas por grupos profissionais:

- Dirigentes (50 h);
- Técnicos Superiores (149,5 h);
- Assistentes Técnicos: (308 h);
- Assistentes Operacionais (48 h);

### **PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL**

#### **1. ANÁLISE ORÇAMENTAL**

##### **1.1. Execução Orçamental da Receita**

No exercício de 2013 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 0,8%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um acréscimo na ordem dos 619 mil euros, devido ao aumento das taxas do IMI, assim como as transferências correntes, por via da redistribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

As transferências de capital diminuíram na ordem dos 769 mil euros, cuja tendência foi mormente influenciada pela redução das receitas provenientes dos projetos cofinanciados no âmbito do QREN, uma vez que estes, com exceção dos projetos de “Requalificação do Largo Infante D. Henrique” e “Pavilhão Desportivo da Golpilheira”, se encontravam em fase de encerramento.

As receitas obtidas dos fundos comunitários representaram num influxo financeiro na ordem dos 1,7 milhões de euros, cerca de 16% do orçamento global da receita. Os projetos cofinanciados pelo QREN que obtiveram contrapartidas comunitárias, foram os seguintes:

- Beneficiação do Caminho Municipal 1265 – Estrada de S. João à Torre - 82.118,82 €;
- Construção do Centro Educativo da Batalha - 37.088 €;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Golpilheira - 630.729,37 €;
- Requalificação do Largo 14 de Agosto - 67.035,75 €;
- Requalificação do Largo D. Henrique e Zona envolvente - 865.617,41€;
- Execução do Centro de BTT - 10.557,71 €.

As receitas liquidadas ascenderam aos 10,7 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental acima dos 93%, denotando um acréscimo nominal de 23 pontos percentuais em relação ao ano passado. A adoção da Lei dos Compromissos foi determinante na concretização deste nível de eficiência orçamental, nunca atingido anteriormente.



As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente 5,3%, cuja tendência ficou a dever-se ao crescimento do IMI (+20,4%) e IUC (+21,5%). O IMT e a derrama continuam a decair (-43,80€) e (-1,4%) respetivamente, espelhando a recessão económica do mercado imobiliário e nos setores industrial e de construção civil.

### Q.7. Execução da Receita (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2012					Exercício 2013				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Liquidada)	Desvio (valor)	Tx. Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	6 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	2.514.717	2.510.036	2.483.504	-31.213	88,8%	2.647.180	2.642.017	2.631.958	-15.224	99,4%
02 Impostos Indiretos	135.847	90.616	90.616	-45.231	66,7%	88.959	88.945	88.945	-14	100,0%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	617.779	523.053	523.085	-94.685	84,7%	554.524	626.961	626.883	72.359	113,0%
05 Rendimentos de Propriedade	648.249	543.672	415.678	-232.571	64,1%	543.276	430.822	558.815	15.540	102,9%
06 Transferências Correntes	3.354.661	2.997.053	3.112.705	-241.956	92,8%	3.626.122	3.641.824	3.641.824	15.702	100,4%
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	520.656	501.209	549.127	28.471	105,5%	484.016	169.401	224.995	-259.021	46,5%
08 Outras Receitas Correntes	3.963	15.876	7.825	3.862	197,5%	4.697	19.842	28.550	23.853	607,8%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>7.795.863</b>	<b>7.181.535</b>	<b>7.182.540</b>	<b>-613.323</b>	<b>92,1%</b>	<b>7.946.774</b>	<b>7.619.812</b>	<b>7.801.969</b>	<b>-146.805</b>	<b>98,2%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	445.000			-445.000	0,0%	0			0	
10 Transferências de Capital	6.875.251	3.194.193	3.106.984	-3.768.267	45,2%	3.038.377	2.376.567	2.376.567	-661.810	78,2%
11 Ativos Financeiros				0					0	0,0%
12 Passivos Financeiros				0		68.000			-68.000	0,0%
13 Outras Receitas de Capital	2.000	142.708	142.708	140.708	7135,4%	46.080	104.407	104.407	58.327	228,6%
<b>Receitas Capital</b>	<b>7.322.251</b>	<b>3.336.901</b>	<b>3.249.692</b>	<b>-4.072.559</b>	<b>44,4%</b>	<b>3.150.457</b>	<b>2.480.975</b>	<b>2.480.975</b>	<b>-669.483</b>	<b>78,7%</b>
15 Reposições Não Abat.Pagamentos	1.000	24.149	24.149	23.149	2414,9%	10.000	1.385	1.385	-8.615	13,8%
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>357.357</b>	<b>357.357</b>	<b>357.357</b>	<b>0</b>		<b>614.132</b>	<b>614.132</b>	<b>614.132</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Total</b>	<b>15.476.471</b>	<b>10.899.942</b>	<b>10.813.738</b>	<b>-4.662.733</b>	<b>69,9%</b>	<b>11.723.363</b>	<b>10.716.303</b>	<b>10.898.460</b>	<b>-824.903</b>	<b>93,0%</b>

### Q.8. Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2012				Exercício 2013				Var. (%) RC '12 - '13
	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada	Desvio (valor)	Tx. Exec.	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	
IMI / Contribuição Autárquica	1.165.156	1.338.127	172.971	114,8%	1.410.255	1.611.121	200.866	114,2%	20,4%
IUC / IMV	278.815	374.456	95.651	134,3%	324.355	454.881	130.526	140,2%	21,5%
IMT / SISA	760.294	495.772	-264.522	65,2%	582.190	278.666	-303.524	47,9%	-43,8%
Derrama	310.452	301.672	-8.780	97,2%	330.380	297.349	-33.031	90,0%	-1,4%
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%
<b>Impostos Diretos</b>	<b>2.514.717</b>	<b>2.510.037</b>	<b>-4.680</b>	<b>99,8%</b>	<b>2.647.180</b>	<b>2.642.017</b>	<b>-5.163</b>	<b>99,8%</b>	<b>5,3%</b>
Mercados e Feiras	40.116	37.389	-2.727	93,2%	38.863	36.003	-2.860	92,6%	-3,7%
Loteamentos e Obras Urbanização	74.214	41.028	-33.186	55,3%	38.701	42.716	4.015	110,4%	4,1%
Ocupação Via Pública	6.401	4.332	-2.069	67,7%	2.830	1.744	-1.086	61,6%	-59,7%
Publicidade	9.137	6.689	-2.448	73,2%	6.691	8.178	1.487	122,2%	22,3%
Outros Imp. Indirectos	5.979	1.477	-4.502	24,7%	1.874	304	-1.570	16,2%	-79,4%
<b>Impostos Indiretos</b>	<b>135.847</b>	<b>90.915</b>	<b>-44.932</b>	<b>66,9%</b>	<b>88.959</b>	<b>88.945</b>	<b>-14</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,2%</b>
Mercados e Feiras	278	2.590	2.312	931,7%	1.344	1.870	526	139,1%	-27,8%
Loteamentos e Obras Urbanização	72.483	71.224	-1.259	98,3%	68.155	53.703	-14.452	78,8%	-24,6%
Ocupação Via Pública	2.070	1.546	-524	74,7%	1.128	253	-873	22,4%	-83,7%
Caça, uso e porte de arma	169	134	-35	79,3%	135	169	34	139,6%	40,7%
Licenciamento Industrial	60	0	-60	0,0%	44		-44	0,0%	100,0%
Multas, Outras Penalidades e outras Taxas	7.466	20.113	12.647	269,4%	10.275	20.780	10.515	202,3%	3,4%
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>82.626</b>	<b>95.607</b>	<b>13.081</b>	<b>115,9%</b>	<b>81.079</b>	<b>76.805</b>	<b>-4.274</b>	<b>94,7%</b>	<b>-19,7%</b>
<b>Total</b>	<b>2.733.090</b>	<b>2.696.559</b>	<b>-36.531</b>	<b>98,7%</b>	<b>2.817.218</b>	<b>2.807.768</b>	<b>-9.450</b>	<b>99,7%</b>	<b>4,1%</b>

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 2.642.017 €, ou seja, 99,8% da previsão orçamental.

## 1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 84,6%. As despesas totais (realizadas) sofreram uma redução superior aos 366 mil euros, devido, fundamentalmente, à diminuição do volume de investimento (-267,7 mil euros), bem como à redução dos encargos bancários (juros, comissões e amortizações), em virtude da realização de uma amortização extraordinária de um dos empréstimos bancários, por força da Lei do Orçamento do Estado.

### Q.9. Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometi da e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	1.899.511	1.840.298	1.840.141	-59.370	96,9%	157
02 Aquisição de bens e Serviços	5.020.302	4.721.429	4.210.536	-809.766	83,9%	510.893
03 Juros e Outros encargos	29.506	24.070	24.070	-5.436	81,6%	0
04 Transferências Correntes	544.121	460.885	421.938	-122.183	77,5%	38.947
05 Subsídios	672.450	668.164	494.348	-178.102	73,5%	173.817
06 Outras Despesas Corrente	83.318	75.748	63.439	-19.879	76,1%	12.309
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.249.208</b>	<b>7.790.595</b>	<b>7.054.472</b>	<b>-1.194.735</b>	<b>85,5%</b>	<b>736.122</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	2.974.266	2.717.545	2.401.935	-572.331	80,8%	315.610
08 Transferência de Capital	115.843	112.582	78.825	-37.018	68,0%	33.757
09 Ativos Financeiros						
10 Passivos Financeiros	384.046	383.770	383.770	-276	99,9%	0
11 Outras Despesas Capital						
<b>Despesas Capital</b>	<b>3.474.155</b>	<b>3.213.897</b>	<b>2.864.530</b>	<b>-609.625</b>	<b>82,5%</b>	<b>349.366</b>
<b>Total</b>	<b>11.723.363</b>	<b>11.004.491</b>	<b>9.919.003</b>	<b>-1.804.360</b>	<b>84,6%</b>	<b>1.085.489</b>

Os investimentos realizados determinaram a assunção de despesa de capital no expressivo montante de 2,7 milhões de euros.

O peso relativo da despesa corrente sobre a despesa total orçamental decaiu em 0,3%, devido ao decréscimo das transferências dos fundos estruturais do QREN.

### Q.10. Comparativo da Despesa (2013 – 12)

	2012			2013			Var. %
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	DR 2012-2013
01 Pessoal	1.660.020	1.674.860	15,8%	1.840.141	1.840.141	18,0%	9,9%
02 Aquisição de bens e Serviços	4.581.832	4.843.831	45,8%	4.210.536	4.364.449	42,7%	-9,9%
03 Juros e Outros encargos	49.264	49.264	0,5%	24.070	24.070	0,2%	-51,1%
04 Transferências Correntes	450.364	502.969	4,8%	421.938	442.657	4,3%	-12,0%
05 Subsídios	338.051	338.051	3,2%	494.348	494.348	4,8%	46,2%
06 Outras Despesas Corrente	114.138	115.104	1,1%	63.439	65.032	0,6%	-43,5%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.193.669</b>	<b>7.524.080</b>	<b>71,1%</b>	<b>7.054.472</b>	<b>7.230.697</b>	<b>70,8%</b>	<b>-3,9%</b>
07 Aquisição de Bens de Capital	2.766.655	2.786.419	26,3%	2.401.935	2.518.655	24,7%	-9,6%
08 Transferência de Capital	76.466	76.466	0,7%	78.825	78.825	0,8%	3,1%
09 Ativos Financeiros	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
10 Passivos Financeiros	191.161	191.161	1,8%	383.770	383.770	3,8%	100,8%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0,0%	0	0	0,0%	0,0%
<b>Despesas Capital</b>	<b>3.034.282</b>	<b>3.054.046</b>	<b>28,9%</b>	<b>2.864.530</b>	<b>2.981.251</b>	<b>29,2%</b>	<b>-2,4%</b>
<b>Total</b>	<b>10.227.951</b>	<b>10.578.126</b>	<b>100,0%</b>	<b>9.919.003</b>	<b>10.211.948</b>	<b>100,0%</b>	<b>-3,5%</b>

Os apoios ao associativismo realizados em 2013 foram na ordem dos 331.650 € e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências correntes. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 362.055 €.

### Q.11. Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2012		Exercício 2013	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
<b>Transferências Correntes</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	362.055	41,86%	331.650	33,33%
Freguesias	2.441	0,28%	720	0,07%
Empresa Municipal (*)	338.051	39,09%	494.348	49,68%
Outras Transf <sup>as</sup>	85.868	9,93%	89.568	9,00%
<b>Transferências de Capital</b>				
Apoios ao Associativismo (PDC)	25.044	2,90%	0	0,00%
Freguesias	51.422	5,95%	78.825	7,92%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf <sup>as</sup>	0	0,00%	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>864.881</b>		<b>995.110</b>	

\* Inclui subvenções financeiras à ISEBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

### 1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 94%. Obtivemos um índice de **eficiência orçamental** mais elevado do que no ano anterior (65%), devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis e à capacidade do Município em gerar receita própria.

#### Q.12. Execução das Grandes Opções do Plano

OBJECTIVO/PROGRAMA	DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
	Faturada [A]	Paga [B]	Comprom. [B]	Definida [C]	
<b>1 FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>247.069</b>	<b>237.090</b>	<b>256.926</b>	<b>340.328</b>	<b>75%</b>
111 Administração Geral	137.976	135.496	147.833	231.078	64%
121 Proteção Civil e Luta contra Incêndios	109.093	101.593	109.093	109.250	100%
<b>2 FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>5.803.226</b>	<b>5.741.554</b>	<b>6.409.689</b>	<b>6.636.688</b>	<b>97%</b>
211 Ensino Não Superior	45.395	43.911	139.672	142.406	98%
212 Serviços Auxiliares de Ensino	899.220	888.903	1.077.654	1.110.818	97%
221 Serviços Individuais de saúde	5.960	5.960	5.960	6.675	89%
232 Ação Social	29.076	29.076	32.631	36.960	88%
241 Habitação				500	0%
242 Ordenamento do território	1.171.570	1.145.417	1.218.573	1.229.810	99%
243 Saneamento	991.516	991.516	1.067.362	1.087.674	98%
244 Abastecimento de Água	21.321	19.822	22.240	30.550	73%
245 Resíduos Sólidos	747.534	747.534	836.987	838.007	100%
246 Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	229.684	229.684	249.243	266.182	94%
251 Cultura	426.399	426.399	462.246	500.214	92%
252 Desporto Recreio e Lazer	1.235.551	1.213.332	1.297.120	1.386.843	94%
253 Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0		0	50	
<b>3 FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>300.171</b>	<b>222.604</b>	<b>331.331</b>	<b>460.248</b>	<b>72%</b>
320 Indústria e Energia	5.609	5.609	5.609	5.750	98%
331 Transportes Rodoviários	294.562	216.995	325.722	417.498	78%
340 Comércio e Turismo	0				
341 Mercados e Feiras	0	0	0	6.600	
342 Turismo				30.400	0%
<b>4 OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>463.315</b>	<b>463.315</b>	<b>497.792</b>	<b>501.369</b>	<b>99%</b>
410 Operações da Dívida Autárquica	383.770	383.770	383.770	384.046	100%
420 Transferências entre Administrações	79.545	79.545	114.022	117.323	97%
<b>TOTAL</b>	<b>6.813.781</b>	<b>6.664.563</b>	<b>7.495.738</b>	<b>7.938.633</b>	<b>94%</b>

RESUMO :					
<b>1 FUNÇÕES GERAIS</b>	247.069	237.090	256.926	340.328	<b>75%</b>
<b>2 FUNÇÕES SOCIAIS</b>	5.803.226	5.741.554	6.409.689	6.636.688	<b>97%</b>
<b>3 FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	300.171	222.604	331.331	460.248	<b>72%</b>
<b>4 OUTRAS FUNÇÕES</b>	463.315	463.315	497.792	501.369	<b>99%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.813.781</b>	<b>6.664.563</b>	<b>7.495.738</b>	<b>7.938.633</b>	<b>94%</b>

A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos.

No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município. O Plano revela a realização de despesa que ascende os 7,5 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio do desporto, recreio e lazer a par do ordenamento do território, logo seguido dos serviços auxiliares de ensino e do saneamento básico. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

#### Q.13. Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2012		Exercício 2013	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	0	0,0%	0	0,0%
Venda de Bens de Investimento	0	0,0%	0	0,0%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E)	1.309.984	43,2%	654.992	22,9%
Contratos-Programa	0	0,0%	0	0,0%
Fundos Comunitários	1.797.000	59,2%	1.693.147	59,1%
Outras Receltas de Capital	142.708	4,7%	104.407	3,6%
Receltas Próprias de Funcº	-215.410	-7,1%	411.984	14,4%
<b>Investimento Pago</b>	<b>3.034.282</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.864.530</b>	<b>100,0%</b>

#### 1.4. Indicadores de Gestão orçamental

Com a evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 2% para 11%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (77% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 70%). Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 159.923 € para 865.843 €.

O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 77%.

#### Q.14. Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2011	2012	2013
<b>Receitas Fiscais</b> (Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	2.948.244	3.124.040	3.357.923
<b>Receitas Próprias de Funcionamento</b> (Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	7.177.715	7.353.592	7.920.315
<b>Serviço da Dívida</b> (Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	399.191	234.592	407.840
<b>Receitas de Funcionamento / Receitas Totais</b>	56%	70%	77%
<b>Autonomia Financeira</b> (Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	98.265	159.923	865.843
<b>Saúde Financeira</b> (Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	1%	2%	11%

Estruturalmente, a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

## **2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **2.1. Análise ao Balanço**

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2013.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 38.066.724 €, registaram uma diminuição de 1.948.451 € em relação a 2012, fruto dos resultados líquidos negativos.

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 383.770,11 €, sob a forma de empréstimos a longo prazo. Este facto, resultou, em parte, da amortização extraordinária no valor de 219.248,76€ de um empréstimo celebrado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha, por força da aplicação do nº 4 e 5 do artigo 96º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 13.458.783,91 €, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

No ativo circulante as dívidas de terceiros registaram uma diminuição de 209.949,12 €, contribuindo para tal os valores resultantes dos ramais domiciliários recebidos dos municípios.

### Q.15. Balanço

Activo	2013			2012		Var. (valor)
	AB	AP	AI	AI	AI	
<b>Imobilizados:</b>						
<b>Bens de Domínio Público:</b>						
Terrenos e recursos naturais.....	3.751		3.751	3.751		0
Edifícios.....			0	0		0
Outras construções e infra-estruturas.....	79.579.725	45.120.849	34.458.876	37.298.382		-2.839.506
Bens do património histórico, artístico e cultural.....	50.000		50.000	50.000		0
Outros bens de domínio público.....			0	0		0
Imobilizações em curso.....	1.063.859		1.063.859	643.967		419.892
Adiantamentos por conta do bens de domínio público.....						
	80.697.335	45.120.849	35.576.486	37.996.100		-2.419.614
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação.....			0	0		0
Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....			0	0		0
Propriedade industrial e outros direitos.....			0	0		0
Imobilizações em curso.....	232.797		232.797	232.797		0
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....						0
	232.797	0	232.797	232.797		0
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais.....	879.318		879.318	809.772		69.546
Edifícios e outras construções.....	17.048.253	2.038.862	15.009.390	13.704.718		1.304.673
Equipamento básico.....	1.505.992	1.136.728	369.264	433.995		-64.731
Equipamento de transporte.....	826.229	719.897	106.332	140.623		-34.291
Ferramentas e utensílios.....	394.299	328.059	66.239	78.377		-12.137
Equipamento administrativo.....	1.265.330	1.178.794	86.536	132.382		-45.846
Tarax e Vasilhama.....			0			0
Outras imobilizações corpóreas.....	325.841	209.665	116.174	142.797		-26.623
Imobilizações em curso.....	208.552		208.552	819.081		-610.529
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....			0	0		0
	22.453.813	5.612.007	16.841.806	16.261.745		580.061
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital.....	166.789		166.789	166.789		0
Obrigações e títulos de participação.....	50.880		50.880	50.880		0
Investimentos em imóveis.....			0			0
Outras aplicações financeiras.....			0			0
Imobilizações em curso.....			0			0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....			0	0		0
	217.669	0	217.669	217.669		0
<b>Circulantes:</b>						
<b>Existências:</b>						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	240.540		240.540	255.240		-14.700
Produtos e trabalhos em curso.....			0			0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugo.....			0			0
Produtos acabados e intermédios.....			0			0
Mercadorias.....			0	0		0
Adiantamentos por conta de compras.....			0			0
	240.540	0	240.540	255.240		-14.700
<b>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>						
Clientes, c/c.....			0			0
Contribuintes, c/c.....			0			0
Utentes, c/c.....			0			0
	0	0	0	0		0
<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>						
Empréstimos concedidos.....	17.500		17.500	17.500		0
Clientes, c/c.....	44.796		44.796	97.433		-52.637
Contribuintes, c/c.....	3.048		3.048	3.048		0
Utentes, c/c.....			0			0
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças devidas.....	68.508	68.508		0		0
Devedores pela execução do orçamento.....			0			0
Adiantamentos a fornecedores.....			0			0
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....			0			0
Estado e outros entes públicos.....			0			0
Administração autárquica.....			0			0
Outros Devedores.....	119.581		119.581	276.893		-157.312
	253.434	68.508	184.925	394.874		-209.949
<b>Títulos negociáveis:</b>						
Ações.....			0			0
Obrigações e títulos de participação.....			0			0
Títulos de dívida pública.....			0			0
Outros títulos.....			0			0
Outras aplicações de tesouraria.....	15.108		15.108	15.108		0
	15.108	0	15.108	15.108		0
<b>Depósitos bancários e caixas</b>						
Depósitos em instituições financeiras.....	1.412.227		1.412.227	1.057.089		355.138
Caixa.....	2.087		2.087	1.937		150
	1.414.313	0	1.414.313	1.059.025		-355.288
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>						
Acréscimos de proveitos.....	423.449		423.449	131.270		292.180
Custos diferidos.....	17.504		17.504	22.652		-5.149
	440.953	0	440.953	153.922		287.031
<b>Total das amortizações</b>		50.732.855				0
<b>Total de Provisões</b>		68.508				0
<b>Total do Activo</b>	105.965.962	50.801.364	55.164.598	56.586.481		-1.421.883



(Continuação)

Fundos próprios e passivo	2013	2012	Var. (valor)
<b>Fundos próprios:</b>			
Património.....	51.061.813	51.061.813	0
Ajustamento de partes de capital em empresas.....		0	0
Reservas de reavaliação.....			0
Reservas:			0
Reservas legais.....			0
Reservas estatutárias.....			0
Reservas contratuais.....			0
Reservas Livres.....			0
Subsídios.....			0
Doações.....	115.000	115.000	0
Reservas decorrentes de transferências de ativos.....			0
Resultados Transitados.....	-11.161.637	-9.126.708	2.034.928
Resultado Líquido do Exercício.....	-1.948.452	-2.034.928	86.477
<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>38.066.725</b>	<b>40.015.176</b>	<b>-1.948.452</b>
			0
			0
			0
<b>Passivo:</b>			
Provisões para riscos e encargos.....	112.868	112.868	0
			0
	<b>112.868</b>	<b>112.868</b>	<b>0</b>
			0
<b>Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo</b>	<b>2.249.270</b>	<b>2.633.040</b>	<b>-383.770</b>
			0
			0
	<b>2.249.270</b>	<b>2.633.040</b>	<b>-383.770</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Empréstimos de curto prazo.....			0
Adiantamentos por conta de vendas.....			0
Fornecedores c/c.....	154.425	262.964	-108.539
Fornecedores-faturas em receção e conferência.....	4.566	127.469	-122.903
Credores pela execução do orçamento.....			0
Cientes e Utentes com cauções.....	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c.....	117.749	19.764	97.985
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência.....	0	9.420	-9.420
Estado e outros entes públicos.....	30.270	27.307	2.963
Administração autárquica.....			0
Outros credores.....	428.397	505.088	-76.690
	<b>735.407</b>	<b>952.011</b>	<b>-216.604</b>
			0
			0
			0
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos.....	541.544	457.424	84.119
Proveitos diferidos.....	13.458.784	12.415.961	1.042.823
	<b>14.000.327</b>	<b>12.873.385</b>	<b>1.126.942</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>17.097.873</b>	<b>16.571.304</b>	<b>526.569</b>
			0
<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>55.164.598</b>	<b>56.586.481</b>	<b>-1.421.883</b>

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido na ordem dos 55,1 milhões euros, resulta de uma dinâmica de investimento suportada pelo cofinanciamento dos quadros de apoio comunitários.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000.

#### Q.16. Estrutura do Ativo Líquido

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	VAR. (%) 13-12'
Bens de domínio público	40.987.640	37.996.100	35.576.486	-6,37%
Imobilizado incorpóreo	198.719	232.797	232.797	0,00%
Imobilizado corpóreo	14.190.352	15.442.664	16.633.254	7,71%
Imobilizado em curso	1.083.268	819.081	208.552	-74,54%
<b>Total do imobilizado</b>	<b>56.459.979</b>	<b>54.490.642</b>	<b>52.651.089</b>	<b>-3,38%</b>
Investimentos financeiros	209.900	217.669	217.669	0,00%
Existências	247.007	255.240	240.540	-5,76%
Dívidas a receber	358.673	394.874	184.925	-53,17%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	801.221	1.059.025	1.414.313	33,55%
Acréscimo de proveitos	110.924	131.270	423.449	222,58%
Custos diferidos	26.910	22.652	17.504	-22,73%
<b>Total</b>	<b>1.769.743</b>	<b>2.095.838</b>	<b>2.513.509</b>	<b>19,93%</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>58.229.722</b>	<b>56.586.480</b>	<b>55.164.598</b>	<b>-2,51%</b>

Conforme se pode verificar, não se registaram variações nos investimentos financeiros.

*Q.17. Investimentos Financeiros*

Investimentos Financeiros	2011	2012	2013	VAR. (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	43.110	50.880	50.880	0,00%
Investimentos em Imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
<b>Total</b>	<b>209.899</b>	<b>217.669</b>	<b>217.669</b>	<b>0%</b>

A liquidez reduzida e imediata, são indicadores que revelam uma situação de tesouraria equilibrada. A dívida vincenda (e não vencida), está praticamente assegurada por fontes de financiamento do programa MAIS CENTRO.

Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 9 dias, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras. Temos adotado medidas que colocam grande pressão junto da CCDRC para o rápido reembolso de pedidos de pagamento de obras cofinanciadas pelos fundos comunitários.

*Q.18. Estrutura da Liquidez*

Liquidez	2011	2012	2013	VAR. (%)
1 Disponibilidades	801.221	1.059.025	1.414.313	34%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	358.673	394.874	184.925	-53%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	1.731.963	952.011	735.407	-23%
5 Liquidez (5=1+2+3-4)	-556.961	516.996	878.939	

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais mantiveram-se estabilizados. A variação homólogo é de – 4,87% em relação a 2012, não comprometendo a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao ativo líquido.

#### *Q.19. Fundos Próprios*

Fundos Próprios				VAR.
Componentes dos Fundos Próprios	2011	2012	2013	(%)
Fundo patrimonial	51.061.813	51.061.813	51.061.813	0,00%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.089			#DN/0!
Reservas + subsídios + doações	11.500	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-6.323.551	-9.126.708	-11.161.637	22,30%
Resultados do exercício	-2.773.838	-2.034.928	-1.948.452	-4,25%
Total dos fundos próprios	41.938.835	40.015.177	38.066.725	-4,87%

## **2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)**

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 14,5% sob a forma de empréstimos a longo prazo. No ano anterior tinha diminuído 6,77% devido à amortização extraordinária por via do aumento do IMI. O passivo de curto prazo diminuiu em 22,75%, demonstrando uma excelente performance da tesouraria para pagamento dos compromissos assumidos. Por isso, não existe dívida em mora.

*Q.20. Componentes do Passivo*

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	2.624.201	2.633.040	2.249.270	-14,68%
Dívidas a curto prazo	1.731.963	952.011	735.407	-22,75%
<b>Total de dívidas a terceiros</b>	<b>4.656.164</b>	<b>3.585.051</b>	<b>2.984.677</b>	<b>-16,75%</b>
Provisões para riscos e encargos	0	112.868	112.868	0,00%
Acréscimo de custos	501.057	457.424	541.544	18,39%
Proveitos diferidos	11.130.164	12.415.961	13.458.784	8,40%
	<b>16.187.385</b>	<b>16.671.304</b>	<b>17.097.873</b>	<b>3,18%</b>

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais e pela Lei do Orçamento de Estado.

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 2.984.677 €, descendo em 16,75% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações de não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos 9 dias, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

### Q.21. Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2012	2013	Var.Valor
Fornecedores c/c.	390.433	158.991	-231.442
Fornecedores Imobilizado	29.184	117.749	88.565
Estado e Outros Entes Públicos	27.307	30.270	2.963
Outros Credores	505.088	428.397	-76.690
<b>Total</b>	<b>952.011</b>	<b>735.407</b>	<b>-216.604</b>

Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2012	2013	Var.Valor
Clientes, Contribuintes e Utentes	97.433	44.796	-52.637
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	3.048	3.048	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores	276.893	119.581	-157.312
<b>Total</b>	<b>394.874</b>	<b>184.925</b>	<b>-209.949</b>

Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2012	2013	Var.Valor
Empréstimos Obtidos	2.633.040	2.249.270	-383.770
<b>Total</b>	<b>2.633.040</b>	<b>2.249.270</b>	<b>-383.770</b>

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida que releva para o limite de endividamento.

O serviço da dívida representou um encargo total de 406.600,31 € (juros – 22.830,20 € e amortizações – 383.770,11 €).

É de realçar que os “*spreads*” aplicados aos empréstimos mantiveram-se inalterados, não obstante a pressão dos bancos para o seu aumento. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos *fixings* das taxas de juro.

### **2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento**

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respetivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excecionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as atualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei nº 02/2007, de 15 de Janeiro, passámos a ter novos limites legais do endividamento municipal:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior, e que agora ficou restringido a 65% do valor que resulta da aplicação da referida fórmula;

2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando o município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Com a LOE/2013, a DGAL fixou novo limite legal à capacidade de endividamento de médio e longo prazo da autarquia no montante de 6.119.082€, mas definiu um valor de utilização para contratação de novos empréstimos em 771.795€.

#### Q.22. Endividamento de Médio e Longo Prazo e respetivos limites legais

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést. [c]	Capital		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
		Contrato	Utilizado	Amortiz.	Juros	Total		
Médio Longo prazos (b)								
56034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	287.244,00	231.235,19	12.845,40	1.305,78	14.152,18	128.463,99	115.617,59
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	52.427,35	52.427,35	3.171,57	117,54	3.289,11	29.839,64	26.668,07
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	1.626.135,00	1.628.135,00	195.477,20	3.222,38	198.699,58	1.137.584,33	942.107,13
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	373.865,00	373.865,00	116.719,38	1.924,57	118.643,95	364.929,84	248.210,46
97000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	2.500.000,00	1.000.000,00	55.555,56	16.259,93	71.815,49	972.222,22	916.666,66
Total		4.839.671,35	3.283.662,54	383.770,11	22.830,20	406.600,31	2.633.040,02	2.249.269,91
Limite de endividamento de médio e longo prazo (artigo 98º do Orçamento do Estado para 2013)								6.119.082,00
Valor resultante do rateio para efeitos de contratação de empréstimos MLP ( n.º 3 e n.º 8 do artigo 98º da LOE/2013)								771.795,00
Endividamento de médio e longo prazo								2.249.269,91



De acordo com o quadro acima referenciado, depreende-se que não esgotámos o limite concedido pela DGAL, tendo sido utilizados 2.249.269,91 € que contribuíram para a formação do endividamento legalmente autorizado, **havendo ainda uma margem para utilização de novos empréstimos no montante de 771.795 €.**

A Lei do Orçamento de Estado para 2013, determinou que em 31/12/2013, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos das leis acima referenciadas, não podia exceder o que existia em 31/12/2012. O endividamento líquido do Município a 31/12/2013, resultou do seguinte cálculo:

*Q.23. Cálculo do Endividamento Líquido*

CONTAS	ACTIVOS	PASSIVOS
<b>TOTAL</b>	2.341.476,94	16.985.004,74
<b>TOTAL sem 2745 e 2749</b>	2.341.476,94	3.526.220,83
Passivos – Ativos - Cl.2745, 2749 e 414	1.184.743,89	
Exceções ao endividamento – Projetos c/ Fundos Comunitários	390.496,12	
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>794.247,77</b>	
Contribuição SM+AM+SEL	-234.049,78	
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>560.197,99</b>	
<b>Limite ao Endividamento Líquido 2013_ Lei 66-B/2012 (art.º 98º)</b>	<b>2.917.344,00</b>	
<b>Margem</b>	<b>2.357.146,01</b>	

Significa que o valor do endividamento líquido a 31/12 no montante de 560.197,99 €, ficou 2.357.146,01 € abaixo do valor legalmente permitido.

## 2.4. Análise à Demonstração de Resultados

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2012 e 2013, pode-se concluir que os proveitos registaram um aumento global de 90.903 euros e os custos totais um aumento de 4.426 euros.

### Q.24. Demonstração de Resultados

Código das Contas POBAL		Exercícios			
		2013		2012	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	216.636	216.636	189.770	189.770
62	Fornecimentos e serviços externos	3.798.901		4.030.567	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	1.506.687	0	1.402.191	0
643 a 648	Encargos sociais	367.636	5.673.224	272.635	5.705.395
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	891.089	891.089	795.748	795.748
66	Amortizações do exercício	4.328.693		4.319.422	
67	Provisões	12.674	4.341.362	130.774	4.450.196
65	Outros custos e perdas operacionais	8.354	8.354	222	222
	<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>		11.130.670		11.141.330
68	Custos e Perdas Financeiras	24.793	24.793	45.663	45.663
	<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>		11.155.463		11.186.992
69	Custos e perdas extraordinários	127.271	127.271	91.315	91.315
	<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>		11.282.734		11.278.308
88	Resultado líquido do exercício		-1.948.452		-2.034.928
			9.334.282		9.243.379
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	417		2.316	
7112+7113	Vendas de Produtos	0		0	
712	Prestações de serviços	194.819	195.236	431.200	433.515
72	Impostos e taxas	3.438.126		3.125.383	
	Variação da Produção	0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	585.020		580.394	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.326.243		4.277.344	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	30.102	8.379.490	3.588	7.986.708
	<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>		8.574.726		8.420.224
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	13.377	13.377	17.310	17.310
	<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>		8.588.103		8.437.533
79	Proveitos e ganhos extraordinários	746.179	746.179	805.846	805.846
	<b>(F) Proveitos Totais</b>		9.334.282		9.243.379
	<b>Resumo:</b>				
	Resultados Operacionais	B-A	-2.555.944	-2.721.106	
	Resultados Financeiros	(D-B)-(C-A)	-11.416	-28.353	
	Resultados Correntes	D-C	-2.567.360	-2.749.459	
	Resultado líquido do exercício	F-E	-1.948.452	-2.034.928	

O acréscimo nos proveitos operacionais de 1,90% [+ 154.502 €], foi influenciado pelo incremento do IMI, IUC e taxas de saneamento e lixos (devido à atualização das tabelas em meados de setembro).

*Q.25. Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		%
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	216.636	2%
Fornecimentos e serviços externos	3.798.901	34%
Custos com pessoal	1.874.323	17%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	891.089	8%
Amortizações e Provisões do exercício	4.341.367	38%
Outros custos e perdas operacionais	8.354	0%
Custos e Perdas Financeiras	24.793	0%
Custos e perdas extraordinários	127.271	1%
<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>11.282.734</b>	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	195.236	2%
Impostos e taxas	3.438.126	37%
Proveitos suplementares	585.020	6%
Transferências e subsídios obtidos	4.326.243	46%
Outros proveitos e ganhos operacionais	30.102	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	13.377	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	746.179	8%
<b>(F) Proveitos Totais</b>	<b>9.334.282</b>	
Resultados Operacionais	-2.555.944	
Resultados Financeiros	-11.416	
Resultados Correntes	-2.567.360	
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>-1.948.452</b>	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações continuam a representar o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 38% sobre os custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 17% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 15%. Os fornecimentos e serviços externos mantêm a representatividade de 34% do total da estrutura de custos.

As transferências e subsídios obtidos representaram 46% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.

### *Estrutura de Custos*

Custos	2011	2012	2013	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	291.767	189.770	216.636	14,16%
Fornecimentos e serviços externos	4.134.992	4.030.567	3.798.901	-5,75%
Custos com pessoal	1.909.762	1.674.826	1.874.323	11,91%
Transferências e subsídios concedidos	917.739	795.748	891.089	11,98%
Amortizações e Provisões Exercício	4.205.488	4.450.196	4.341.367	-2,45%
Outros custos operacionais	9.621	222	8.354	3662,87%
Custos financeiros	40.936	45.663	24.793	-45,70%
Custos extraordinários	212.562	91.315	127.271	39,38%
<b>Total de custos</b>	<b>11.722.867</b>	<b>11.278.307</b>	<b>11.282.734</b>	<b>0,04%</b>

Pela leitura das demonstrações financeiras é visível que são os subcontratos os custos com maior representatividade no seio dos FSE (representam 34%). Fundamentalmente, são custos relacionados com Recolha de Lixo (Valorlis) [224.445,71 €], Limpeza e recolhas de lixos (Suma) [523.087,98 €], Recolha de Efluentes (Simlis) [980.765,19 €], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos (realizados pela empresa municipal – Iserbatalha) [528.312,70 €].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 494.347,56 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

*Q.27. Estrutura de Proveitos*

Proveitos	2011	2012	2013	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	4.281	2.316	417	-82,01%
Vendas de produtos	0	0		
Variação da produção	0	0		
Prestação de serviços	413.717	431.200	194.819	-54,82%
Outras situações	0	0		
Impostos e taxas	2.730.723	3.125.383	3.438.128	10,01%
Transferências e subsídios obtidos	4.568.739	4.277.344	4.326.243	1,14%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	
Proveitos suplementares	552.139	580.394	585.020	0,80%
Outros proveitos operacionais	717	3.588	30.102	738,86%
Proveitos financeiros	3.646	17.310	13.377	-22,72%
Proveitos extraordinários	675.085	805.846	746.179	-7,40%
<b>Total de proveitos</b>	<b>8.949.027</b>	<b>9.243.381</b>	<b>9.334.282</b>	<b>1%</b>

**2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial**

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida. As disponibilidades existentes em depósitos à ordem, asseguraram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e garantiram os meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo.

A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo procedimental ou técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido

o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extrato que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

#### Q.28. Indicadores de estrutura

<b>Capital Circulante</b>	Existências	240.540 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	184.925 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	1.414.313 €	
		1.854.887 €	
<b>Liquidez Geral</b>	Capital Circulante	1.854.887 €	2,52
	Exigível Curto Prazo	735.407 €	
<b>Liquidez Reduzida</b>	Capital Circulante-Stocks	1.614.347 €	2,20
	Exigível Curto Prazo	735.407 €	
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades	1.414.313 €	1,92
	Exigível Curto Prazo	735.407 €	
<b>Autonomia Financeira</b>	Fundos Próprios	38.066.725 €	69%
	Ativo Líquido	55.164.598 €	
<b>Solvabilidade</b>	Fundos Próprios	38.066.725 €	223%
	Passivo Total	17.097.873 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

#### Q.29. Indicadores de Gestão Patrimonial

<b>Indicador de imobilização dos Fundos Próprios</b>	<b>&lt;= 1</b>	Fundos Próprios	38.066.725 €	0,72
		Imobilizado Líquido	52.868.758 €	
<b>Indicador da capacidade de Endividamento</b>	<b>&gt;= 0,5</b>	Fundos Próprios	38.066.725 €	0,94
		Capitais Permanentes	40.315.995 €	
<b>Indicador de Solvabilidade</b>		Ativo	55.164.598 €	323%
		Passivo	17.097.873 €	

<b>Melos Libertos s/o Activo Líquido</b>	R. Liq. +Amort.Prov.+Custos financ.	2.417.709 €	4%
	Activo Total Líquido	55.164.598 €	

#### 2.6. Anotação de factos relevantes

Mediante relatório circunstanciado reportado pelo consultor jurídico (anexo à Prestação de Contas), Dr. Mário Diogo, conclui-se pela incapacidade de determinar valores para constituição de provisões para riscos e encargos que venham a resultar do contingente em curso, nos tribunais. Todos os processos arrolados estão em julgamento nos tribunais a aguardar pronúncia de sentenças.

Nos processos identificados, aquele que, sob o ponto de vista material pode ter maior impacto nas demonstrações financeiras, é o Procº de Execução de Acórdão n.º 1438/03-C, a correr termos na 1ª Secção, 1ª Subsecção do STA, cujos exequentes são: António Augusto Santos Pereira Grosso e esposa maria Madalena Meneses Coelho Pereira;

Orlando Ferreira Rodrigues e esposa Maria do Céu Santos Pereira Grosso Rodrigues e Maria Manuela Cordeiro de Mendonça Santos Pereira Grosso Cunha.

Neste processo, foi apresentada uma Contestação, concluindo o jurista que podem decorrer algumas contingências para o MUNICÍPIO da BATALHA, sem que, todavia, seja possível a quantificação de valores indemnizatórios (o mesmo dependente aliás da circunstância de ser admitida a causa legítima de inexecução).

Foi mantida a provisão para riscos e encargos no valor de 112.868,44 € que resulta da probabilidade de assunção dos compromissos de pagamento de projetos de redes de águas residuais que a SIMLIS mandou elaborar, tendo em vista a obtenção de comparticipações comunitárias através do fundo de coesão.

## **2.7. Proposta de Aplicações de Resultados**

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 1.948.451,61 euros, tenha a seguinte aplicação:

- - 1.948.451,61 euros para Resultados Transitados.

## **2.8. Considerações Finais**

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

*Isabel Jorge Fernandes*

Batalha, 21 de abril de 2014